

REPENSANDO A QUESTÃO DA TERRITORIALIDADE NEGRA*

Ana Lúcia E.F. Valente**

Os antropólogos têm construído uma tradição marcada pelo profundo conhecimento de objetos singulares. Nada mais característico na produção desses cientistas sociais do que o peso e relevância conferidos aos dados empíricos coletados em exaustivo trabalho de campo. Essa perspectiva técnico-metodológica é de indiscutível valor e cresce a sua importância em momentos que, como este, são questionados os grandes esquemas explicativos. Contudo, se a compreensão de realidades singulares é ponto de partida necessário para qualquer análise antropológica que se proponha séria e para o desenvolvimento do conhecimento científico, uma outra questão se coloca. Falo da exigüidade da produção teórica em Antropologia que intente vasculhar regiões maiores, a partir dessas realidades específicas, para a compreensão da totalidade.

A ausência de grandes teorizações, até certo ponto, pode responder às expectativas de um público acostumado ao exercício tradicional dessa ciência. Porém, para além do conhecimento empírico, há que se considerar a necessidade dos antropólogos assumirem os desafios e o compromisso de serem mediadores, por excelência, na relação teoria-prática. Devido à familiaridade com o cotidiano dos grupos sociais estudados, torna-se indispensável refletir sobre a responsabilidade que têm de propor o entendimento dessas “micro-realidades” inseridas num contexto mais amplo de determinação. Inclusive para, efetivamente, os antropólogos sinalizarem, senão para a manutenção das diferenças diante de um movimento histórico que tende a liquidá-las, ao menos, para formas de organização política que forjem a construção de uma contra-ideologia no combate eficaz ao adversário comum.

* Esta é a segunda versão de trabalho apresentado na XVIII reunião da Associação Brasileira de Antropologia, realizada em Belo Horizonte, de 12 a 15 de abril de 1992.

** Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo; professora adjunta e coordenadora do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Neste trabalho, minha intenção é propor uma discussão preliminar sobre aspectos metodológicos que considero fundamentais para repensar a questão da territorialidade negra. Esta tem sido entendida, de maneira geral, como espaço construído e controlado por negros, resultante da conformação histórica das relações raciais no Brasil.

Para a redação deste texto, avaliei a dificuldade em proceder ao questionamento de conceitos básicos, na medida em que são idéias fortemente estabelecidas, mas vale a pena iniciá-lo. Também tenho por pressuposto o conhecimento dos diversos trabalhos que se propuseram a abordar a temática. É um texto eminentemente teórico e até certo ponto genérico, se não for entendido tendo por base o conjunto dos estudos já realizados. Deve ser considerado, especialmente, o trabalho de Maria de Lurdes Bandeira,¹ com o qual procuro estabelecer uma interlocução, tanto pela relevância e importância do texto, como pelo fato de a autora pertencer a um pequeno grupo de antropólogos que estuda a questão negra no Brasil e, recentemente, busca extrapolar o domínio do singular para propor uma análise mais abrangente do problema.

Os aspectos metodológicos que pretendo destacar são: 1) o entendimento do singular a partir do universal; 2) a superação do dualismo urbano/rural; 3) o processo de urbanização na fase monopolista; 4) a luta pela terra e a tática da “retroação”; e 5) as estratégias de resistência imputadas pelos intelectuais. Intrinsecamente relacionados, esses aspectos não podem ser discutidos separadamente, a não ser com objetivos didáticos.

O entendimento do singular a partir do universal

Para a compreensão do universal é preciso dominar as categorias que apreendem o modo de produção capitalista. Afinal, ao subjugar outras formas de produção com as quais se depara, vai cumprindo seu papel “civilizador” e se generaliza. São, entre outras, capital, trabalho, cultura, meios de produção, força de trabalho, infra-estrutura e superestrutura etc. Essas categorias expressam a realidade em contínuo movimento. Por essa razão, não implicam, necessariamente, uma teoria dogmática. Também não formam um conjunto de conceitos sem base empírica. São resultantes da observação sobre determinada singularidade que define, de maneira mais clara ou completa,

¹ “Terra e territorialidade negra no Brasil contemporâneo”, comunicação apresentada no XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, outubro de 1991.

as tendências históricas da organização social dominante. Isto porque, é no singular que o universal se realiza. Claro está que, expresso teoricamente, não abarca a plenitude do singular, ao nível do qual se definem nossos objetos de pesquisa. Esses merecem a reflexão teórica, justamente por escaparem, sob certos aspectos, do universal.

De fato, existe o risco de serem feitas análises abstratas nessa perspectiva. Pode ocorrer o erro de se pretender encaixar os fatos observados em um arcabouço de conceitos apriorísticos. Mas a ocorrência desses problemas significaria incorrer em pelo menos três equívocos e em uma dificuldade. Os equívocos seriam: a) negar a historicidade das categorias do universal; b) deixar de construir categorias a partir do singular; e c) incompatibilizar os conceitos construídos para o estudo de uma problemática singular com aqueles que expressam o movimento histórico. Por sua vez, a dificuldade seria apreender o particular, mediação necessária entre o singular e o universal. Esse particular, nada mais seria do que o momento atual, a fase atualmente vivida pela sociedade capitalista em que, sob o comando do capital financeiro, instauram-se os grandes monopólios.

Keynes – que se dedicou a propor um modelo de participação do Estado na sociedade capitalista, no período de crise econômica e política entre as duas grandes guerras² – e outros teóricos procuraram explicar o capitalismo monopolista. Contudo, essas perspectivas não apontam para a possibilidade de superação dessa forma de sociedade. Faltou o esforço para captar a especificidade desse momento histórico por parte dos estudiosos preocupados com a transformação. Porém, a crítica a esses “ideólogos” vem sendo processada em estudos que intentam, ao superar a análise proposta, naturalmente incorporando muitos dos seus elementos, recolocar a questão da transitoriedade dessa organização social.³

Bandeira, discutindo a “Terra e territorialidade negra no Brasil contemporâneo”, caminhou na direção desse princípio metodológico, que propõe a compreensão do singular à luz do universal. A autora apontou aspectos importantes relativos à legislação do Império que “fornece evidências substantivas à tese de afastamento do negro da posse e da propriedade da terra”.⁴ Mas justifica a existência de um grande número de comunidades rurais negras, desde o final do século passado, em

² *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

³ Nilson Araújo de Souza, “Os monopólios e a humanidade”, Campo Grande, 1992 (texto xerocopiado); e “O fim da pré-história e o homem novo”, Campo Grande, 1992 (texto xerocopiado).

⁴ Op. cit., p. 16.

(...) áreas que não se colocavam na esfera imediata de interesses fundiários dos brancos, por serem consideradas marginais, de pouco ou nenhum valor. Os negros que não permaneceram como agregados, moradores ou trabalhadores sob contrato nas terras dos fazendeiros, localizaram-se nos vãos de serras brutas, nas morrarias e cafundós, nos sítios inóspitos e de difícil acesso, nos alagadiços insalubres.⁵

O assentamento de negros nos interstícios dos sítios e fazendas foi promovido para suprir a demanda por uma reserva de força de trabalho barata, disciplinada e competente em épocas de plantio ou colheita, ou para propiciar a presença “de parceiros vantajosos de escambos desiguais”.

Os estudos sobre “comunidades negras”⁶ têm confirmado a análise da autora, mesmo quando não se enveredam nessa discussão. Contudo, acompanhando um entendimento corrente, também reafirmado por Bandeira, tem sido estabelecida uma dualidade entre “comunidades” em contexto “urbano” e “comunidades” em situação “rural”. Mas, para ser coerente com a opção de entendimento global, ou melhor dizendo, conhecimento da dimensão universal que envolve a temática, há a necessidade de ter essa dualidade superada.

A superação do dualismo urbano/rural

A crítica da razão dualista é antiga. Vários estudiosos já se preocuparam com a questão. Para os fins aqui propostos, três autores oferecem subsídios que servem para estimular a discussão.

Martins ressalta que, para a superação da dualidade, é preciso descobrir sua gênese teórica. Para ele, “o dualismo não pode ser ingenuamente reduzido a um engano, a uma imperfeição teórica, a um viés. Assim, como a análise dialética, ele também tem a sua razão, que é uma razão anti-histórica, mas historicamente determinada”.⁷ Nessa discussão, o autor vai mostrar que na base desse

⁵ Op. cit., pp. 18-19.

⁶ A categoria “comunidade” precisa ser problematizada nesses estudos. Merece ser relativizada a afirmação de que as “comunidades negras” vivem coletivamente e que seus membros socializam seus espaços cotidianos. Se a comunidade é percebida como experiência de igualdade, idéia manipulada com objetivos políticos, fatos empíricos atestam que essa experiência é uma ficção. Afinal, a “comunidade” não é imune à organização de uma sociedade dividida em classes, marcada por interesses antagônicos e contradições. Em última análise, o movimento produzido por essas contradições homogeneiza todos os expropriados, como os antagoniza com os proprietários dos meios de produção.

⁷ José de Souza Martins, “As coisas no lugar (da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo)”, em: ———, (org.), *Introdução crítica à sociologia rural*, 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 1986, p. 12.

dualismo estão as ambigüidades teóricas originadas na sociologia (conservadorismo e cientificismo). Afirma que

*A valorização do urbano, que está presente na separação do urbano e rural como meios sociais qualitativamente distintos, aparentemente destroça as raízes conservadoras da sociologia porque canaliza a ambigüidade para constituir objetos distintos, de tal modo que a ambigüidade do conhecimento passa a se constituir numa ambigüidade (ou numa imperfeição) da realidade, isto é, numa dualidade.*⁸

Essa dualidade, em última análise, vai justificar a intervenção sobre o rural, explicitando o compromisso desse conhecimento com as classes dominantes. Vai ser utilizado como instrumento aplicado para explicar discontinuidades geradas pelo exercício da exploração entre classes. Martins sugere que a problematização seja feita em outros termos, já que a superação da dualidade se dará efetivamente quando forem transformadas as condições históricas que a produziram. Por isso não pretende vulgarizar a crítica, oferecendo uma alternativa operacional.⁹

Paul Singer, por sua vez, mostra que

*As relações entre as classes constituem o processo que molda a evolução da sociedade, decidindo a forma como as comunidades ecológicas se desenvolvem e se interrelacionam, constituindo a bipolaridade, cidade e campo apenas um efeito secundário, por assim dizer “superestrutural”, daquele processo básico.*¹⁰

Essa divisão em classes, como observa o autor, não é óbvia. O antagonismo substantivo entre classes sociais acaba por ser mascarado por diferenças mais imediatamente explícitas como as raciais, religiosas, de “comunidade ecológica” etc. Ademais, observa que a divisão do trabalho entre campo e cidade sofreu uma transformação tão ampla que, atualmente,

*(...) não é difícil prever uma situação em que a maioria da população ‘rural’, no sentido ecológico, se dedique a funções urbanas e que a prática da agricultura – mecanizada, automatizada, computadorizada – em nada se distinga das demais atividades urbanas.*¹¹

⁸ Op. cit., p. 31.

⁹ Ibid., p. 38.

¹⁰ “À guisa de introdução: urbanização e classes sociais”, em ———, *Economia política da urbanização*, 7ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1980, pp. 11-12.

¹¹ Op. cit., p. 27.

Por fim, Manuel Castells, embora parta de uma perspectiva dicotômica implícita nas teorias de dependência, afirma que é necessário romper com o esquema ideológico de uma sociedade dualista, pois, “se este esquema responde a uma certa realidade social nas formas de relação e nas expressões culturais, esta realidade é simplesmente o reflexo de uma estrutura única”.¹²

Segundo o autor, no modo de produção capitalista, em sua fase monopólica, a problemática urbana na América Latina não expressa um processo de modernização”, mas manifesta, ao nível das relações sócio-espaciais, a acentuação das contradições sociais inerentes a seu modo de desenvolvimento”.¹³

Neste sentido, as “comunidades negras”, quer “rurais” quer “urbanas”, devem ser entendidas como faces de uma mesma moeda. Ou, em outros termos, resultam do mesmo processo histórico que tem na sociedade capitalista a base de sua explicação. O fato de ter sido realizado um maior número de estudos em “comunidades rurais”, quando comparado ao número daqueles realizados em “comunidades urbanas”, talvez possa justificar as análises parciais. Contudo, essas análises resultam no mascaramento daquilo que une esses grupamentos e os tornam aliados nesse processo: ter seus membros pertencentes à mesma classe fundamental. “Ser negro” e pertencer a determinada “comunidade ecológica” são diferenças mais explícitas e podem implicar formas de relacionamento diferenciado. Mas o exercício da dominação sobre esses grupos acaba sendo relegado a um segundo plano de interesse. Em termos práticos, quando o entendimento teórico do universal é tomado como epifenômeno, é justificada a continuidade da exploração da classe “dominante” sobre esses grupos. Também é adiada a organização política da classe “dominada”, impedida de perceber, pela negligência dos intelectuais com ela comprometidos, não a identidade racial – importante taticamente no processo de luta – mas, sobretudo, a identidade social, importante estrategicamente e norteadora do processo de luta.

O avanço tecnológico, mencionado por Singer, que retira o conteúdo das palavras “urbano” e “rural”, não coloca a necessidade de uma alternativa operacional para substituí-las. Evidencia-se, simplesmente, a falta de sentido dessas categorias para promover o conhecimento deste momento histórico. O que não quer dizer que “urbano” e “rural” não sejam categorias pertinentes para o entendimento de realidades singulares.

¹² *A questão urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, pp. 63-64 (grifo do autor).

¹³ Op. cit., p. 84.

O processo de “urbanização” na fase monopólica

Em decorrência do que discuti no tópico anterior, o tema da “urbanização” fica naturalmente encaminhado. No intuito de afirmar a mesma linha de raciocínio, é importante, mais uma vez, o registro das palavras de Singer. Para ele,

Quando se pensa em urbanização numa sociedade que se industrializa, é preciso procurar pelo papel que as classes sociais desempenham nela, pois, em caso contrário, ela tende a ser tomada como um processo autônomo, fruto de mudanças de atitudes e valores da população rural, perdendo-se de vista seu significado para o conjunto da sociedade.¹⁴

No entanto, se a discussão do “urbano” e da “urbanização” está direcionada, o mesmo não posso dizer com relação à compreensão da sociedade capitalista em sua fase atual. Como tive a oportunidade de mencionar, falta o esforço teórico de estudiosos, na perspectiva da transformação, para realizar análise mais acurada deste momento. As contribuições importantes nessa perspectiva circunscrevem-se a abordagens datadas do primeiro terço do século XX. É o caso dos trabalhos de Lenin, especialmente, que têm sua matriz teórica em Marx. Aliás, ao que tudo indica, foi justamente a falta de entendimento do método proposto por Marx que impediu o avanço das formulações teóricas a partir dessas abordagens, e a crítica a elas, fruto de um julgamento a-histórico.

Nesses trabalhos, foram discutidos os indicadores que tornavam possível perceber a mudança de qualidade no interior do capitalismo. O alto grau de concentração da produção e o controle econômico do capital financeiro, proveniente da fusão do capital industrial e bancário, eram as características fundamentais, presentes já na década de 70 do século passado, que atestavam a transição para a fase monopolista, ao nível mundial.

O respeito a esse princípio metodológico, pelas razões apontadas, fica bastante comprometido. Porém, permite que se evidencie como a compreensão da relação entre o universal e o singular pode frutificar em análises provisórias mas férteis. Provisórias porque partem de realidades singulares que expressam o movimento do universal, sem que essas realidades sejam a versão mais desenvolvida da tendência marcante. Portanto, análises passíveis de serem redimensionadas, como, aliás, todas as investigações científicas.

Considerando como tendência da fase monopolista o implacável

¹⁴ Op. cit., p. 28.

processo de concentração, estudos realizados por Gilberto Luiz Alves, por exemplo, buscam analisar as implicações históricas dessa fase particular do capitalismo. Em trabalhos escritos recentemente, o autor mostra como, hoje, há um progressivo aumento das atividades improdutivas no Brasil, ou seja, aquelas que não produzem mais-valia, em especial, as atividades ligadas à educação. Para ele, esse aumento explica o inchaço das camadas intermediárias e a presença interventora do Estado, agindo para acomodar as tensões. À medida em que se libera mão-de-obra da produção é promovido seu realocamento para setores improdutivos. Com isso, cresce o ônus sobre os trabalhadores produtivos. Em síntese, o autor chama a atenção para a necessidade de construção de outras categorias teóricas que promovam o entendimento de novas características e mediações que marcam o processo de concentração, hoje. Esse processo não desemboca, imediatamente, na “proletarização”, mesmo que de fato, ocorra o crescimento do exército de reserva e conseqüente oferecimento e utilização de força de trabalho a baixos custos. É um processo mediatizado pelo parasitismo cujo ônus recai sobre uns poucos que são a garantia de sobrevivência social. Assim, a partir da análise da realidade concreta, um contexto mais complexo do que aquele analisado no início do século exige uma reflexão atenta sobre os desdobramentos do modo de produção.¹⁵

Outras análises do mesmo autor também denotam o intuito de entender o singular como expressão do universal, mediatizado pelo particular. Oferecem subsídios interessantes para os estudos sobre territorialidade negra os dados e a reflexão sobre a história de Mato Grosso de 1870 a 1921. Por esse motivo, merecem ser apresentados de maneira sucinta.

Alves mostra como, através da casa comercial, se manifestou a intervenção dos grupos monopólicos naquele Estado. Segundo o autor, em fins do século XIX, a casa comercial

*(...) monopolizava a navegação e o comércio de importação e de exportação de mercadorias; através do crédito, financiava a exploração de novas atividades econômicas em Mato Grosso, ou a expansão das atividades existentes, aproximando-se, em seu funcionamento, do próprio banco; finalmente, começava a participar diretamente da produção, arrendando e comprando terras para extrair a borracha e explorar a pecuária extensiva.*¹⁶

¹⁵ “Teses acerca da produção material da escola burguesa contemporânea (apontamentos preliminares)”, Campo Grande, MS, agosto de 1992 (texto xerocopiado); “As funções da escola pública sob o imperialismo”, *Novos Rumos*, 16: 91-112, São Paulo, 1990.

¹⁶ “Mato Grosso e a história: 1870-1921; ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro”, *Boletim Paulista de Geografia*, nº 61, São Paulo, AGF/FFLCH-USP, 1985, pp. 31-32 (grifo do autor).

Uma das razões pelas quais a casa comercial quis intervir diretamente na produção foi a descentralização da política fundiária. Dela se valeram os “novos comerciantes” para estabelecerem a regulamentação da venda, arrendamento e doação de terras, consubstanciadas em leis de 1892, 1895, 1896, sob a égide da concentração. Alves afirma que o Estado

(...) passou a doar a colonos, gratuitamente, áreas de no máximo 50 hectares, quando destinadas à agricultura, e de 200 hectares quando destinados à pecuária. A compra e arrendamento, porém, livres de qualquer cerceamento, incidiam sobre áreas gigantescas.¹⁷

Contudo, o domínio econômico e político da casa comercial foi passageiro. Ele se manteve enquanto foi intermediária do capital financeiro. Essa função foi superada com a implantação de agências bancárias no Estado, a partir da primeira década do século XX, como decorrência do desenvolvimento regional. Nesse momento, a concentração da propriedade fundiária e da produção em Mato Grosso passavam a ser comandadas pela ação de empresas ligadas diretamente aos monopólios. Analisando mensagens presidenciais da época, Alves mostra que, no plano do discurso,

(...) a concessão gratuita foi proposta como mecanismo que viabilizaria a atração de trabalhadores-sem-terra de outras regiões e estrangeiros. Na prática, porém, o Estado abandonou a responsabilidade direta pela execução dessa política outorgando-a a colonizadoras particulares. (...) a expansão da pequena propriedade foi submetida a um controle rígido, cuja eficácia revelou-se em seu lento ritmo de crescimento, tendência radicalmente oposta à que se manifestava no movimento intenso e ruidoso de reprodução da grande propriedade.¹⁸

Ainda como manifestação da fase monopólica do capitalismo, o autor aponta a imposição de uma divisão regional do trabalho “que estrangulou o incipiente processo de diversificação da produção, iniciado em Mato Grosso após a Guerra do Paraguai...”,¹⁹ como exemplifica o caso da indústria açucareira. Por fim, a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, “promoveu transformações profundas nessa situação ao instalar-se em Mato Grosso (...) não reforçou as empresas monopólicas estabelecidas nos centros platinos, mas sim as sediadas no novo pólo constituído pelo eixo São Paulo-Santos”.²⁰

¹⁷ Ibid., p. 30.

¹⁸ Ibid., p. 46.

¹⁹ Ibid., p. 54.

²⁰ Ibid., p. 65.

Além de sua importância intrínseca, este estudo realizado por Alves aponta para um aspecto não explorado por Bandeira. Como dissemos, a autora mostra como a legislação do século XIX, durante o Império, fornece evidências do afastamento do negro da posse e da propriedade da terra. Por sua vez, com base em leis, também do século XIX, já na República, Alves informa que, em Mato Grosso, houve doação a colonos de áreas de terras destinadas à agricultura e à pecuária. Esses dados parecem indicar uma diferença substantiva quanto ao acesso à terra, a partir de 1889. Mesmo admitindo-se na análise a dimensão oculta do medo, do preconceito e racismo no pós-abolição, não é possível generalizar que, do ponto de vista legal, tenha sido sempre dificultada a concessão ou venda de terras aos negros. Porém, somente outras investigações poderão avaliar se as leis foram desrespeitadas ou não e quais os mecanismos utilizados para esse fim. De qualquer maneira, mesmo que, legalmente, os negros tenham tido acesso à terra, é reafirmada a idéia de que os negros organizaram-se em “comunidades” localizadas fora do alcance dos interesses imediatos de governantes e latifundiários, uma vez que, como mostra Alves, eram pequenas áreas de terras doadas.

A luta pela terra e a tática da “retroação”

Considerando a “transitoriedade” do trabalhador nas atividades produtivas e sua realocação nas atividades improdutivas como mecanismo para acomodar as tensões, a mesma função poderia ser imputada à proposta de dividir e distribuir as terras públicas ou atingidas pelo processo de desapropriação. Contra a tendência que opera a concentração e centralização da propriedade privada dos meios de produção, sob o patrocínio do poder público, é reivindicada a sua descentralização. Numa face, a luta pela terra pode, aparentemente, representar a “resistência” dos trabalhadores ao processo histórico que os destrói. Mas, pressupondo o não oferecimento de condições necessárias para a inserção de pequenos proprietários e posseiros no mercado, deve-se admitir, na outra face da luta pela terra, uma tática que retroage, do ponto de vista histórico, a tendência apontada. Percebe-se que essa tática, em andamento, adia a organização de trabalhadores, ofuscados com o brilho falso de um poder efêmero. No entanto, não é de todo impossível que, a partir da resistência construída para o eventual usufruto de uma conquista individual, possam ser, a longo prazo, forjadas possibilidades efetivas de superação da propriedade privada pela propriedade coletiva da terra.

A necessidade de construção de novas mediações teóricas para o entendimento da realidade concreta, porque em constante movimento, não deve nos fazer incorrer no erro de acreditar que a essência, ou significado da exploração sobre o trabalhador tenha se alterado. Por isso, a análise sobre a questão meridional realizada por Gramsci, na Itália da década de 20 levanta alguns pontos que podem colaborar nessa reflexão.

A questão meridional dizia respeito às discussões políticas travadas na época, sobre as providências que deveriam ser tomadas para diminuir a distância e a diferença entre a região sul, pouco desenvolvida economicamente, e a região norte avançada. A questão das territorialidades e suas especificidades, pontos centrais nessa discussão sobre o sul da Itália, tem valor para Gramsci à medida que referidas a uma contradição que nasce do capitalismo. Essa perspectiva tem o mérito de evitar que a territorialidade seja entendida como parcialidade, como questão encontrada e enfrentável em determinada área e que derive em teses dualistas. Além desse alerta, critica a forma escolhida para conduzir a distribuição e ocupação de terras. O autor pergunta:

O que obtém um camponês pobre invadindo uma terra inculca ou mal cultivada? Sem máquinas, sem uma habitação no lugar de trabalho, sem crédito para esperar o tempo da colheita, sem instituições cooperativas que comprem a própria colheita (...) e o salvem das garras dos usurários, que pode ganhar com a invasão um camponês pobre? Ele satisfaz, num primeiro momento seus instintos e proprietário, mata sua primitiva fome de terra; mas, num segundo momento, quando percebe que são necessários as sementes, os adubos e os instrumentos de trabalho, e pensa na série futura dos dias e das noites a passar numa terra sem casas, sem água, com malária, o camponês sente sua impotência, sua solidão, sua condição desesperada, e torna-se um bandido, não um revolucionário, torna-se um assassino, dos "senhores", não um lutador pelo comunismo.²¹

Num momento em que falar em comunismo está "fora de moda", valeria insistir que toda contribuição deve ser avaliada historicamente. De qualquer maneira, como a produção de conhecimento não deve ser permeável aos modismos, o ponto importante que emerge da preocupação gramsciana é como superar a luta pela terra inserindo-a numa perspectiva que se oponha ao capitalismo. Afinal, é o processo de concentração comandado pelo capital que tem colocado inúmeras dificuldades ao trabalhador destituído de seus meios de sobrevivência ou na iminência de perdê-los.

²¹ *A questão meridional*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 76.

Nesse estudo sobre a questão meridional, Gramsci esboça sua preocupação com a possibilidade de as classes populares construir uma contra-ideologia capaz de enfrentar a ideologia hegemônica, antes mesmo dessas classes assumirem o controle pleno da base material. Para ele, a oposição à sociedade capitalista deveria ser construída num longo e lento processo desencadeado sobre as formulações do senso comum, sobre as representações da cultura popular, caracterizada por sua heterogeneidade e fragmentação. Nesse processo, só intelectuais comprometidos com essas classes teriam um papel fundamental a desempenhar, no sentido de destacar os elementos politicamente relevantes dessa cultura, para promover a atuação coletiva. Esse tema será melhor desenvolvido em estudos posteriores, escritos no cárcere, quando Gramsci aponta os intelectuais como mediadores entre infra-estrutura e superestrutura, capazes de estabelecer a organicidade entre teoria e prática.

Essa digressão me permite apontar para duas questões problemáticas nos estudos sobre a territorialidade negra. A primeira delas é a insistência na “especificidade negra”, que tem uma justificativa histórica mas, quando levada às últimas conseqüências, representa a negativa dessa historicidade.

Durante o período colonial brasileiro, os negros construíram uma “sociabilidade relacional”, que se exprimiu ao nível do espaço. Essas “sociabilidades” e “espacialidades” devem ser referidas ao escravismo, como decorrência lógica do sistema implantado. Como escrevi,

Para a garantia e funcionamento do pacto colonial que dava à metrópole exclusividade comercial sobre as mercadorias produzidas nas colônias (...) e condições de promover a acumulação de capitais com os baixos custos de produção, impunha-se a adoção de formas de trabalho compulsório, mesmo em sua forma limite.²²

Além disso, eram tão vastas as terras desocupadas que seria praticamente impossível utilizar e manter trabalhadores livres sob contrato. Eles teriam todas as chances de tornarem-se proprietários.²³ Assim, tal foi a violência e dominação impostas sobre o trabalho escravo que, como resposta, os negros resistiram a elas.

Elementos desse passado histórico foram preservados, mas, sobretudo, “refuncionalizados”. A transformação das relações materiais e conseqüente dinâmica cultural sustentam essa assertiva.

²² “O negro e a Igreja Católica: o espaço concedido, um espaço reivindicado”, São Paulo, FFLCH/USP, 1989 (tese de doutorado), p. 34.

²³ Karl Marx, “Teoria moderna da colonização”, em: ———, *O Capital*, livro 1, vol. II, cap. XXV, 6ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

Mesmo que a atribuição de significados aos produtos dessas relações seja diferenciada, como de fato é diferenciada a apropriação da riqueza social, não se justifica insistir na existência de uma “especificidade negra”. Embora seja idéia manipulada politicamente contra o processo de expropriação capitalista, é preciso perceber os limites de sua eficácia na instância superestrutural. Ao nível da infra-estrutura, instância indissociável daquela, a luta pela terra é comum a outros grupos pertencentes, via de regra, à mesma classe.

A segunda questão problemática diz respeito à influência direta dos intelectuais, procurando garantir a visibilidade dessa especificidade. É possível inferir a partir do que mencionei linhas acima, os resultados dessa argumentação. Contudo, cabe explicitá-los.

As estratégias de resistência imputadas pelos intelectuais

Conforme afirma Bandeira, “a partir de 1970 começa a ganhar visibilidade (como realidade e como objeto) a existência de territorialidades negras”.²⁴ Esse é um momento de efervescência política no país. Momento em que “novos personagens entram em cena” no sentido de reivindicar melhores condições de vida, de trabalho e um maior espaço de expressão, em resposta ao modelo econômico implantado pelos militares, caracterizado pela concentração de renda e uma conjuntura política repressiva.

Grande parte dos estudos sobre movimentos sociais expressou a crença nas possibilidades de transformação do modelo político-econômico e de criação de uma sociedade de horizonte socialista. Essa crença, segundo Ribeiro, constituiu a força e a fraqueza desses estudos. Se, de um lado, propiciou a contribuição e articulação entre diferentes aportes disciplinares, de outro lado, gerou “a perda da compreensão dos seus significados intrínsecos e, portanto, a atribuição a estas práticas, de objetivos externos ao seu curso de intenções”.²⁵

Esse ideário também marcou, profundamente, os estudos sobre relações raciais. A organização de grupos negros, por todo o país, estimulados pela criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, trouxe novamente à tona questões “adormecidas” desde a década de 50. O próprio “movimento negro” construiu um arcabouço de mecanismos ideológicos como estratégia de mobilização.²⁶

²⁴ Op. cit., p. 29.

²⁵ Ana Clara T. Ribeiro, “Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática, ou os desafios dos anos 90”, *Ciências Sociais Hoje, 1991*, São Paulo, Vértice/Anpocs, 1991, p. 96.

²⁶ Ver: Ana Lúcia E.F. Valente, *Política e relações raciais: os negros e as eleições paulistas de 1982*, São Paulo, FFLCH/USP, 1986 (coleção Antropologia, 10).

Talvez por um envolvimento exagerado dos pesquisadores com a questão negra, por ingenuidade teórica e, certamente, pela falta de percepção das diferenças entre o cientista e o político, os conceitos analíticos da militância e mesmo os conceitos pessoais incorporaram-se às análises. Isso dificultou a distinção dos fatos observados, objetos da reflexão científica, com as impressões e desejos desses pesquisadores. Por várias razões, especialmente pelas características do “fazer antropológico”, muitos caíram na armadilha. Muitos, também, deixaram-se levar por uma “ditadura intelectual” imposta pela militância negra que negava valor a qualquer interpretação distoante da sua. Mesmo quando essa situação não foi exacerbada, muitos estudos acabaram por oscilar entre a militância política e a análise crítica. Uma oscilação que não pode ser confundida com a perspectiva dialética, que atenta para a indissociabilidade entre teoria e prática. A consequência disso foi a atribuição de significados a práticas e situações que só existiam nas cabeças tanto dos militantes como dos estudiosos. Convém lembrar que essa imputação de sentido encontrou certo respaldo teórico, dadas as conhecidas dificuldades em se captar a problemática racial no país.

Além disso, em muitos estudos, as idéias parecem ganhar demasiada autonomia em relação à realidade e os conceitos são utilizados de maneira tão estrita ou inadequada que perdem a sua dinamicidade.

Bandeira, por exemplo, deixa sérias dúvidas quanto ao emprego da categoria “territorialidade negra”, quando, após ressaltar sua dimensão política e histórica, defende seu emprego genérico, como categoria espacial. Segundo a autora, “ao afirmar-se que concretamente a territorialidade negra é fator constitutivo de identidade e como tal possui dimensão política inequívoca, afirma-se sua generalidade enquanto categoria espacial”.²⁷ No meu entender, se a resistência dos negros é gerada em determinados contextos ou conjunturas históricas; se a identidade negra pode ser utilizada nessas ocasiões, com objetivos políticos, para “marcar espaços” e chamar a atenção para a diferença; se a lógica escolhida para a análise é processual, não me parece possível generalizar a territorialidade negra como categoria espacial. Essa proposta de entendimento parece denunciar o dualismo que coloquei sob suspeita, ou superestima a capacidade analítica dessa categoria, por demais transitória ou circunstancial para ser generalizada. O que não quer dizer que não

²⁷ Op. cit., p. 28.